

COP 30: o papel transformador da Gestão Pública no Desenvolvimento Sustentável

A busca por um modelo de desenvolvimento sustentável tornou-se indispensável no cenário global. Com o agravamento das mudanças climáticas, o aumento das desigualdades sociais e as instabilidades econômicas, a sustentabilidade emerge como uma necessidade crucial para o futuro das nações. Nesse contexto, a gestão pública desempenha um papel crucial, liderando a implementação de políticas que conciliem esses três pilares: a preservação ambiental, a eficiência econômica e a inclusão social.

No Brasil, um país marcado por sua rica biodiversidade e desafios socioeconômicos significativos, esse papel ganha proporções ainda mais amplas. Com a escolha de Belém como sede da COP30, em novembro 2025, o país será o epicentro das discussões climáticas globais, reafirmando sua relevância no enfrentamento da crise climática. O evento não apenas destaca a importância da Amazônia para o equilíbrio ambiental global, mas também representa uma oportunidade para que o Brasil demonstre avanços em sustentabilidade, ao mesmo tempo em que atrai investimentos e estabelece parcerias estratégicas.

Este artigo explora como políticas públicas podem ser direcionadas para promover a preservação ambiental, a transição energética e o crescimento econômico inclusivo, com base em exemplos práticos e iniciativas atuais.



Fonte: Governo Federal

O estado do Pará se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), e de acordo com estimativas da [Fundação Getúlio Vargas \(FGV\)](#), é esperado um fluxo de mais de 40 mil visitantes durante os principais dias da Conferência. Deste total, aproximadamente 7 mil compõem a chamada "família COP", formada pelas equipes da ONU e delegações de países membros.

Gestão Ambiental: preservação e transição energética como base para o desenvolvimento sustentável

A preservação ambiental é o principal alicerce do desenvolvimento sustentável. No Brasil, desafios como o desmatamento, a poluição hídrica, queimadas e a degradação dos ecossistemas demandam uma abordagem mais estratégica e integrada. Para além das legislações existentes, é fundamental que a gestão pública desenvolva ferramentas de monitoramento e controle que combinem tecnologia e engajamento comunitário.

Iniciativas como o uso de satélites para monitorar áreas de conservação, implementadas pelo [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais \(INPE\)](#), são exemplos de boas práticas que ampliam a fiscalização e reduzem práticas ilegais. Além disso, os [Programas de Pagamento por Serviços Ambientais \(PSA\)](#), como o Bolsa Verde, já demonstraram eficácia ao oferecer incentivos financeiros para comunidades que protegem áreas de floresta. Esses programas podem ser ampliados e integrados a estratégias que promovam a educação ambiental, capacitando populações locais para atuarem na preservação dos ecossistemas.

Em paralelo, eventos como os Pré-COPs, realizados em países da América Latina, têm reforçado a importância de alianças regionais para fortalecer a governança ambiental. O Brasil, como líder natural desse grupo, pode usar esses encontros para estabelecer metas ambiciosas e consolidar-se como referência em gestão ambiental, bem como líder no esforço de preservação ambiental entre os países latinos.

Outra importante frente é a transição energética, vista como uma das prioridades globais para conter as mudanças climáticas. No Brasil, que possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, há potencial para expandir ainda mais o uso de energias renováveis, como solar, eólica e biomassa. Minas Gerais, por exemplo, tem se destacado com políticas que incentivam a instalação de painéis fotovoltaicos, [tornando o estado líder em energia solar no país](#). Esse modelo pode ser replicado nacionalmente, com investimentos em infraestrutura e programas que garantam acesso equitativo à energia sustentável.



Fonte: Agência Minas (Projeto Sol do Cerrado)

Além disso, a descentralização da geração de energia, com foco em sistemas distribuídos, pode democratizar o acesso e reduzir a dependência de fontes fósseis. A parceria entre o setor público e privado é essencial nesse processo. Empresas do setor energético, em colaboração com governos estaduais e municipais, têm desenvolvido projetos que visam não apenas atender à demanda energética, mas também criar empregos e promover o desenvolvimento regional.

No cenário internacional, espera-se que o Brasil aproveite a COP30 para consolidar sua liderança climática, apresentando projetos inovadores de transição energética. Parcerias com países como Alemanha e Noruega, que já financiam o Fundo Amazônia, podem ser ampliadas para incluir tecnologias voltadas à eficiência energética e ao armazenamento de energia renovável. Para tanto, é importante também que os recursos captados sejam realmente aplicados em projetos eficientes e eficazes, gerando políticas públicas que vão além do discurso e que se perdem em burocracias desnecessárias. [Dados apontam que em 2024 o Fundo Amazônia](#) recebeu mais de 640 milhões de reais, mas que apenas 11% desse montante foi de fato repassado para projetos.

Economia circular e crescimento sustentável

O desenvolvimento sustentável exige uma economia que seja inclusiva e resiliente. A economia circular, que promove a reutilização e a reciclagem de recursos, é uma solução promissora para reduzir o desperdício e minimizar impactos ambientais. No Brasil, iniciativas como a [Política Nacional de Resíduos Sólidos](#) têm avançado na regulação do manejo de resíduos, mas ainda há muito a ser feito.

A gestão pública pode fomentar parcerias público-privadas para implementar modelos de economia circular em setores estratégicos, como a indústria e o agronegócio. Um exemplo relevante é o [Programa Reciclar para Transformar](#), desenvolvido por empresas privadas em conjunto com governos locais, que promove a inclusão de catadores de materiais recicláveis e incentiva a destinação correta de resíduos.



Fonte: National Geographic Brasil (Coopersonhos, Nova Odessa, SP)

Outra oportunidade para o Brasil é aproveitar o potencial da bioeconomia, especialmente na região amazônica. Projetos que utilizam a biodiversidade de forma sustentável, como o cultivo de açaí e a extração de óleos essenciais, não apenas preservam o meio ambiente, mas também geram renda para comunidades locais. Durante os eventos Pré-COP, iniciativas como essas têm sido destacadas como modelos replicáveis em outros países em desenvolvimento.

A sustentabilidade só é possível com uma governança eficaz e colaborativa. A gestão pública pode adotar práticas que integrem diferentes níveis de governo e promovam parcerias estratégicas com o setor privado e organizações internacionais. A transparência na alocação de recursos e o monitoramento de metas são essenciais para garantir a eficácia das políticas.

Parcerias público-privadas (PPPs) têm se mostrado uma ferramenta poderosa para viabilizar projetos sustentáveis. No Brasil, projetos como o [Pacto pela Restauração da Mata Atlântica](#) exemplificam como a colaboração entre empresas, governos e ONGs pode acelerar a recuperação de áreas degradadas. Outro exemplo é o projeto [RenovaBio](#), que incentiva a produção de biocombustíveis, combinando incentivos governamentais e investimentos privados.

A COP30 representa uma oportunidade para o Brasil firmar novos acordos internacionais que fortaleçam essas parcerias. Países desenvolvidos têm demonstrado interesse em financiar projetos sustentáveis em nações em desenvolvimento, e o Brasil pode se posicionar como um destino prioritário para esses recursos, apresentando soluções inovadoras e resultados concretos.

Os exemplos de práticas bem-sucedidas em sustentabilidade reforçam como estratégias coordenadas entre governo, setor privado e sociedade podem gerar resultados positivos. A Noruega, por exemplo, tem investido fortemente em parcerias com o Brasil por meio do Fundo Amazônia, contribuindo para a preservação de áreas florestais críticas e incentivando o uso sustentável dos recursos naturais.

Também merece destaque o modelo adotado por Cingapura, que combina inovação tecnológica com governança integrada para enfrentar desafios climáticos. A cidade-estado [desenvolveu um sistema avançado de gerenciamento hídrico](#), que recicla quase toda a água utilizada no país, reduzindo a dependência de recursos externos. Esse modelo pode inspirar iniciativas similares no Brasil, especialmente em áreas vulneráveis ao estresse hídrico, como o Nordeste.

Ainda no campo da transição energética, a Dinamarca se destaca por ser um dos países [mais avançados no uso de energia eólica](#). Com incentivos governamentais robustos e parcerias estratégicas com empresas privadas, o país conseguiu atingir um patamar onde mais de 40% da sua energia elétrica é gerada por fontes eólicas. No Brasil, estados como o Rio Grande do Norte já têm avançado nesse campo, mas há um enorme potencial para expandir esse modelo para outras regiões.

A sustentabilidade precisa ser construída com o envolvimento direto das comunidades locais. Experiências na região amazônica, como o manejo sustentável de castanhas e a produção de artesanato a partir de resíduos florestais, mostram que as populações

tradicionais podem ser parceiras estratégicas na preservação ambiental. Esses exemplos reforçam que a inclusão social e o desenvolvimento sustentável são indissociáveis.

A educação ambiental também desempenha um papel essencial nesse processo. Programas que integrem escolas, ONGs e governos locais podem conscientizar as futuras gerações sobre a importância da sustentabilidade. No Espírito Santo, o projeto [“Escolas Sustentáveis”](#) tem mostrado como a adoção de práticas como hortas comunitárias e reciclagem pode transformar a cultura ambiental desde a base.

O papel da COP30 e os próximos passos

A escolha de Belém como sede da COP30 coloca o Brasil em evidência no cenário climático global. O evento precisa ser mais do que uma oportunidade para discussões; é importante que marque um ponto de inflexão na forma como o país aborda a sustentabilidade. Para isso, é fundamental que o Brasil chegue ao evento com metas claras e um histórico consistente de ações.

Além de liderar as negociações, o Brasil pode usar a COP30 para lançar uma nova agenda climática nacional, integrando as metas dos ODS com os compromissos do Acordo de Paris. Isso inclui a ampliação de áreas protegidas, a redução do desmatamento ilegal e o fortalecimento de programas de restauração florestal. A presença de líderes empresariais e governamentais no evento também pode ser aproveitada para firmar acordos bilaterais e multilaterais que promovam investimentos em infraestrutura sustentável e inovação tecnológica. Esse é o momento para o Brasil apresentar projetos emblemáticos que reforcem o uso de tecnologias avançadas na proteção ambiental, como inteligência artificial aplicada ao monitoramento florestal e blockchain para rastreamento de cadeias produtivas sustentáveis.

Além disso, a COP30 necessita ser vista como uma oportunidade de reforçar o papel do Brasil como mediador em discussões entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. A capacidade de conciliar as demandas globais por redução de emissões com as necessidades de crescimento econômico das nações emergentes pode posicionar o Brasil como um líder diplomático no cenário climático. A presença de Belém no centro dessas discussões também evidencia a importância de colocar as populações locais como protagonistas na formulação e implementação das soluções apresentadas.

O Brasil está em um momento crucial para consolidar seu papel como líder global na agenda do desenvolvimento sustentável. Com a COP30 se aproximando, a gestão pública precisa intensificar os esforços para implementar políticas inclusivas e sustentáveis, capazes de atender tanto às demandas internas quanto às expectativas globais. Parcerias estratégicas, inovação tecnológica e o engajamento das comunidades locais são os pilares para que esse objetivo seja alcançado.

As decisões tomadas hoje definirão não apenas o futuro ambiental e econômico do Brasil, mas também seu legado no cenário internacional. O país tem diante de si a oportunidade de transformar desafios em soluções, posicionando-se como uma referência em sustentabilidade para o mundo. A responsabilidade de liderar esse processo é coletiva e é crucial mobilizar todos os setores da sociedade em prol de um futuro mais equilibrado, justo e próspero.